

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.007 - SP  
(2019/0091250-3)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE : ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO ESPACO CERAMICA**  
**ADVOGADOS : ANDRÉA GIUGLIANI NEGRISOLO - SP185856**  
**CAROLINA DI LULLO FERREIRA - SP332568**  
**PAOLA GIULIA TONIN LOPES - SP411493**  
**EMBARGADO : ITAMBÉ PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA**  
**S/S LTDA**  
**ADVOGADO : JOSE LUIS DE OLIVEIRA MELLO E OUTRO(S) - SP020356**

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA EM CARÁTER ANTECEDENTE. OBSCURIDADE. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Tutela provisória de urgência em caráter antecedente.
2. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do CPC, constitui-se em recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podendo, portanto, serem acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, reformar o decidido.
3. Embargos de declaração rejeitados.

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ESPAÇO CERÂMICA contra decisão que conheceu do agravo para conhecer do recurso especial e dar-lhe provimento, assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA EM CARÁTER ANTECEDENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACÓRDÃO PROFERIDO NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC. PROVIMENTO.

1. Tutela provisória de urgência em caráter antecedente.
2. Com a ressalva do meu entendimento, a Seção definiu que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível

mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, §2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, §8º).

3. Agravo conhecido. Recurso especial provido para majorar os honorários de sucumbência em favor da parte agravante para 10% sobre o valor atualizado da causa.

A parte embargante, em suas razões recursais, sustenta que a decisão embargada encontra-se omissa. Alega que o recurso especial interposto pela parte contrária não pode ser admitido, tendo em vista que, na presente hipótese, incide o óbice constante na Súmula 7/STJ.

É o relatório

Nos termos do artigo 1.022 do CPC/2015, somente é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja no julgado impugnado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Na hipótese, não ocorreu nenhum dos vícios mencionados. Efetivamente, nenhuma obscuridade, contradição, omissão ou erro material existe no corpo do acórdão que justifique a oposição desse recurso, que, como é cediço, não se presta para o reexame da causa.

A propósito, confira-se a decisão embargada:

**- Da orientação consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça**

O Tribunal de origem, ao reduzir os honorários advocatícios para R\$2.000,00 (dois mil reais), utilizando-se, para tanto, o critério da equidade, não obstante o valor dado à ação de R\$ 476.130,72 (quatrocentos e setenta e seis mil, cento e trinta reais e setenta e dois centavos), divergiu do atual entendimento do STJ, no sentido de que o art. 85, § 8º, do CPC/15 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: i) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou ii) o valor da causa for muito baixo.

A 2ª Seção do STJ, por ocasião do julgamento do REsp 1.746.072/PR, em 13/02/2019, uniformizou o entendimento desta Corte acerca da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido para o CPC/2015, nos termos da seguinte

ementa:

RECURSO ESPECIAL PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART.85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art.20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 89).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º), (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º) por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o

# *Superior Tribunal de Justiça*

valor da causa for muito baixo.

6.(...)

Logo, o acórdão divergiu do entendimento atual do STJ, e nesse ponto específico, ressalvado o entendimento desta Relatora, há de ser reformado, tendo em vista o posicionamento firmado pela Seção no referido julgamento.

Da análise dos autos, conclui-se que inexistente qualquer vício no acórdão embargado.

Na presente hipótese, a parte embargante demonstra nítida pretensão de se valer dos embargos de declaração para rediscutirem matéria já decidida, fazendo com que prevaleça o seu entendimento sobre o tema, intuito esse incompatível com a natureza desse recurso.

O mero descontentamento da parte com a decisão não torna cabíveis os embargos declaratórios, que servem ao aprimoramento do julgado, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

Assim, por não se enquadrar em nenhuma das hipóteses previstas no art. 1.022 do CPC/2015, devem ser rejeitados os presentes embargos de declaração.

Forte nessas razões, REJEITO os presentes embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora